



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Coordenação-Geral de Gestão Integrada

II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 04/2021

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Secretaria Nacional de Habitação - SNH

Nome da autoridade competente: Alfredo Eduardo dos Santos

Número do CPF: 067.829.038-57

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria Nacional de Habitação - SNH

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:
560015 – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:
560015 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS - Secretaria Nacional de Habitação/SNH

Observações:

- a) Identificação da Unidade Descentralizadora e da autoridade competente para assinatura do TED; e
- b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED, no campo “b”, apenas caso a Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução tenha UG própria.

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal Fluminense - UFF

Nome da autoridade competente: Antônio Claudio Lucas da Nóbrega

Número do CPF: 808.987.697-87

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Departamento de Geografia de Campos

b) UG SIAFI

Número e nome da Unidade Gestora – UG que receberá o crédito:
UG: 153056/15227 – Universidade Federal Fluminense

Número e Nome das Unidades Executoras:
150123/15227 – PLAP/UFF
153056/15227 – DCF

Observações:

- a) Identificação da Unidade Descentralizada e da autoridade competente para assinatura do TED; e
- b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pela execução do objeto do TED, no campo “b”, apenas caso a unidade responsável pela execução tenha UG própria.

3. OBJETIVOS:

3.1. Identificação do Objeto

O presente Plano de Trabalho tem por objeto a mútua cooperação dos partícipes para desenvolvimento de subsídios técnicos para elaboração do Plano Nacional de Habitação, instrumento de implementação da política nacional de habitação, previsto na Lei nº 11.124/05.

3.2 Objetivo Geral

Desenvolver subsídios técnicos para a elaboração do Plano Nacional de Habitação, para o novo ciclo da política com vigência esperada até 2040 – PlanHab 2040, por meio da avaliação *ex post* do PlanHab 2009-2023 e pelo apoio para a estruturação de diagnósticos e de cenários e metas do Plano.

3.3 Objetivos Específicos

- Compilar o desenvolvimento acadêmico relativo ao PlanHab 2009-2023;
- Realizar levantamento e sistematização de informações e bancos de dados do PlanHab 2009-2023;
- Relatar e sumarizar o cenário de concepção do PlanHab 2009-2023;
- Avaliar a aderência dos programas habitacionais implementados no período ao PlanHab 2009-2023;
- Analisar a trajetória da execução da política nacional de habitação entre 2009 e 2021, identificando os principais desafios com objetivo de orientar o desenho de novas estratégias;
- Analisar os impactos da pandemia de COVID-19 nos cenários projetados de demanda futura na publicação “Demanda futura por moradias: demografia, habitação e mercado”;
- Projetar novo cenário de demanda futura por moradias (pós-COVID);
- Compatibilizar os cenários macroeconômicos do PILP (Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura - Decreto nº 10.526, de 20 de outubro de 2020) com os cenários do estudo de demanda futura por moradias;
- Estimar as necessidades habitacionais com base nos dados do déficit habitacional (calculado pela Fundação João Pinheiro) e da publicação sobre demanda futura por moradias supracitada;
- Projetar arrecadação das principais fontes de recursos financeiros (*fundings*) da política de habitação (FGTS, SBPE, FNHIS, FDS, FAR);
- Realizar estudos de paridade de poder de compra no setor habitacional;
- Redigir minuta do capítulo "Diagnóstico" do PlanHab.
- Redigir minuta do capítulo "Cenários e Metas" do PlanHab.

4. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS E PRODUTOS DO PLANO DE TRABALHO

Para atingir os objetivos deste projeto, que são avaliar a implementação do PlanHab 2009-2023 e produzir subsídios técnicos para os capítulos de “Diagnóstico” e “Cenários e Metas” do PlanHab 2040, o trabalho será executado em dez etapas, organizados em três eixos temáticos, a saber: (i). Etapas administrativas, que, além da gestão física-financeira do projeto, incluem a prestação de contas de encerramento do projeto e atividades preliminares; (ii). Avaliação *ex-post* do PlanHab 2009-2023; (iii). Cenários Demográficos e Econômicos para o PlanHab 2040.

Os produtos e etapas são descritos a seguir

(i). Etapas Administrativas:

1. Atividades Preliminares:

Atividades administrativas associadas à contratação da Fundação de Apoio Institucional à Universidade e indicação de equipes de pesquisadores.

2. Gestão Financeira do Projeto:

Atividades gerenciais do projeto, distribuídas de forma contínua ao longo de toda a execução.

3. Prestação de contas:

Prestação de contas da execução do projeto.

(ii). **Avaliação ex post do PlanHab 2009-2023:**

1. Levantamento bibliográfico sobre a política nacional de habitação e do PlanHab 2009-2023.

Levantamento e análise conclusiva dos estudos prévios ao PlanHab 2009-2023 com indicação de suas atualizações: Déficit Habitacional (FJP-2005); Assentamentos Precários (CEM/CEBRAP-2007); Tipologia de Cidades Brasileiras (Observatório das Metrópoles-2005); Demanda futura por novas moradias (Cedeplar-2007); além de eventuais atualizações.

2. Especificação teórica, metodológica e técnica

Estruturação metodológica e teórica para a avaliação de políticas públicas e organização dos sistemas de políticas públicas. Incorpora ainda a identificação das bases de dados necessárias para a execução da pesquisa; o acesso e organização das bases de dados e informações; e arrolamento das entrevistas com gestores públicos e das equipes responsáveis pela elaboração do PlanHab 2009-2023 (conselheiros das cidades, consultores, dentre outros atores considerados relevantes).

3. Contextualização e modelo lógico PlanHab 2009-2023

Levantamento e sistematização da versão completa do PlanHab 2009-2023, incluindo anexos e simulações técnicas, resultados dos Seminários Regionais, além dos sete relatórios intermediários. Objetiva-se a elaboração do modelo lógico do Plano e do seu modelo de governança que visava construir um “pacto nacional para a garantia do direito à moradia digna”. Estes arcabouços e modelos consideram a subdivisão do Plano em dimensões temáticas que serão a base lógica para as análises e avaliações.

4. Análise da implementação do PlanHab 2009-2023

Essa análise deve contemplar aspectos relacionados ao desenho dos programas, tais como objetivos, critérios de seleção e metodologias de intervenção. Especificamente preveem-se nessa análise a comparação de diretrizes e princípios do PlanHab 2009-2023 com os programas habitacionais implementados durante o período; a análise do modelo de governança do SNHIS estabelecido pela Lei 11.124/2005, a efetividade do modelo proposto em termos da adesão dos municípios e alinhamento com o PlanHab 2009-2023; a elaboração de matrizes do PlanHab 2009-2023 e dos programas habitacionais implementados (segundo o modelo lógico e modelo de governança); e a análise comparativa das linhas programáticas previstas no PlanHab 2009-2023 e dos programas e ações realizadas no período.

5. Entrevistas com gestores públicos envolvidos na implementação dos programas

Entrevistas com os atores arrolados na etapa 3.

6. Análise das ações e estratégias propostas pelo PlanHab 2009-2023

Análise da classificação de municípios adotada nos processos seletivos realizados nos programas, frente à detalhada tipologia de municípios proposta pelo PlanHab 2009-2023; e análise das ações e estratégias propostas pelo PlanHab 2009-2023 em comparação com as ações efetivamente empreendidas no período.

7. Balanco do ambiente macroeconômico no período e análise comparativa com os cenários estabelecidos pelo PlanHab 2009-2023

Análise de demanda e da oferta, considerando o comportamento da economia no período (indicadores por família) em contraposição com a evolução do quadro da oferta habitacional (investimentos, fontes de financiamento, revisões de fundos, soluções privadas, custo da construção, evolução da informalidade); além do valor dos subsídios habitacionais e dos aluguéis. Avaliação comparativa das projeções esperadas para o crescimento do PIB; de arrecadação e alocação dos recursos em HIS; da taxa de juros; e, empregos gerados; em comparação com os cenários efetivados. Análise sobre os possíveis impactos dos programas habitacionais no período.

8. Implantação do PlanHab 2009-2023

Análise da implementação do atendimento para os cinco grupos de atendimento propostos pelo PlanHab 2009-2023. Análise das ações dos programas habitacionais conforme previsto nos PPA's (Planos Plurianuais) no período e do que foi efetivamente executado. Classificação dos contratos do MCMV e PAC Urbanização de Favelas conforme matriz de convergências e aderências, segundo a classificação dos municípios do PlanHab 2009-2023 e suas metas regionais.

9. Análise conclusiva do alcance das metas físicas e financeiras propostas pelo PlanHab 2009-2023.

Relatório final e sumário executivo.

(iii). **Cenários Demográficos e Econômicos para o PlanHab 2040:**

1. Estudos de paridade de poder de compra no setor habitacional:

Estudo para análise do impacto das diferenças regionais na Paridade de Poder de Compra das famílias. O estudo deve considerar aspectos como custo da terra, custo da produção, disponibilidade de renda, permitindo a construção de diretrizes para a adequação dos programas da SNH às peculiaridades regionais.

2. Análise dos impactos da pandemia de COVID-19 nos cenários projetados:

A pandemia de COVID-19 trouxe grande transformação em diversos aspectos econômicos e sociais da sociedade. Nesse sentido, se buscará entender os impactos da pandemia nos cenários projetados de demanda futura por moradias, bem como nos cenários macroeconômicos para o Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura – PILP (Decreto nº 10.526/2020). Esse estudo deverá responder, com base em evidências, se a pandemia de SARS COV-2 afetou os padrões demográfico e produtivo do país.

3. Projeção de novo cenário demográfico (pós-COVID):

Esse estudo trará a formulação de mais um cenário de tendências demográficas, (hipóteses de mortalidade, fecundidade e migração) que incorporem a pandemia de COVID-19 à demanda futura por moradia, já considerando as mudanças conjunturais, complementando o conjunto de cenários já projetados na publicação “Demanda futura por moradias: demografia, habitação e mercado” [1] e os cenários considerados na “Projeção Populacional de 2010 a 2030” [2].

4. Projeção de novo cenário de demanda futura (pós-COVID):

Esse estudo trará a formulação de mais um cenário de demanda futura por moradia considerando as alterações demográficas (item 3) e mudanças conjunturais avaliando qual o efeito da pandemia de COVID-19 nas funções de chefia de família e na demanda por moradias.

5. Compatibilização dos cenários do PILP com os cenários do estudo de demanda futura: Esse estudo trará os pontos de alinhamento e adaptação entre os cenários macroeconômicos projetados para o PILP e os cenários de demanda futura por moradia, incluindo o novo cenário pós-COVID-19. Este item considera a projeção da demanda futura por categorias de renda.

6. Estimativa das necessidades habitacionais:

Essa análise trará a estimativa de necessidades habitacionais em termos nacionais, regionais e locais, com base em duas principais referências o déficit e a inadequação habitacional (estimado pela Fundação João Pinheiro) e a publicação demanda futura por moradia e seus estudos complementares, já mencionada.

7. Projeção das principais fontes de recursos financeiros (fundings) da política de habitação:

Espera-se que esta investigação estime a disponibilidade de recursos para financiar as políticas de habitação ao longo dos anos, considerando o comportamento macroeconômico e as projeções de arrecadação relacionadas. Nesse sentido, espera-se que a partir da consulta aos operadores dos respectivos fundos, a análise traga as disponibilidades projetadas pelo menos para as seguintes fontes: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), e disponibilidade de recursos no Orçamento Geral da União (Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)).

8. Simulação de Metas:

Simulação de metas para as Linhas Programáticas, considerando os cenários projetados, as necessidades habitacionais e a disponibilidade estimada de recursos financeiros.

9. Redação minuta do capítulo "Diagnóstico" do Plano:

Refere-se à apresentação de proposta de texto que será principal referência do capítulo “Diagnóstico” do plano. Esse documento deverá considerar os estudos supramencionados e outros estudos pertinentes.

10. Redação minuta do capítulo "Cenários e Metas" do Plano:

Refere-se à apresentação de proposta de texto que será principal referência do capítulo “Cenários e Metas” do plano. Esse documento deverá considerar os estudos supracitados.

Os produtos a serem entregues estão listados a seguir:

- Eixo 2 – Relatório 1 (2.1): Relatório da história do PlanHab 2009-2023, contendo sumário sobre as linhas programáticas implementadas pelo Governo Federal no período, tendo como foco o desenvolvimento do PlanHab 2009-2023, revisão bibliográfica sobre o tema, e princípios metodológicos das demais etapas da pesquisa.
- Eixo 2 – Relatório 2 (2.2): Modelagem lógica do PlanHab 2009-2023 e da Política Habitacional, contendo: 1) lista de programas, ações e modalidades previstas no PlanHab 2009-2023 e implementadas pelo governo federal, 2) matriz de comparação programas e ações implementadas e as previstas no PlanHab 2009-2023 (critérios, fontes de recursos, público-alvo, modalidade, regionalização, etc.)
- 1ª Oficina para validação das etapas 1, 2 e 3 do eixo 2 e dos relatórios 2.1 e 2.2 (interna SNH/UFF/convidados).
- Eixo 2 – Relatório 3 (2.3): Mapeamento da execução das ações e programas habitacionais do governo federal no período.

- 2ª Oficina para validação das etapas 4, 5 e 6 do eixo 2 e do relatório 2.3 (interna SNH/UFF/convidados).
- Eixo 2 – Relatório 4 (2.4): Balanço da execução e cenários macroeconômicos previstos no PlanHab 2009-2023.
- 3ª Oficina para validação das etapas 7 e 8 do eixo 2 e do relatório 2.4 (interna SNH/UFF/convidados).
- Eixo 3 – Relatório 1 (3.1): Artigo com sistematização dos estudos de Paridade de Poder de Compra no setor habitacional, ressaltando como esse aspecto será considerado no diagnóstico do PlanHab 2040.
- Eixo 3 – Relatório 2 (3.2): Relatório intermediário 1, composto pelos resultados da análise dos impactos da pandemia de COVID-19 nos cenários projetados, da projeção de novo cenário de demanda futura (pós-COVID).
- 1ª Oficina para validação das etapas 1 e 2 do eixo 3 e dos relatórios 3.1 e 3.2 (interna SNH/UFF/convidados).
- Eixo 3 – Relatório 3 (3.3). Composto por quatro sub-relatórios, conforme descrito a seguir
 - Sub-relatório 3.3.1. composto pelo resultado da projeção demográfica com base nos cenários de mortalidade, fecundidade e migração.
 - Sub-relatório 3.3.2. composto pela projeção da demanda demográfica por moradias.
 - Sub-relatório 3.3.3. composto pelo resultado da estimativa das necessidades habitacionais, considerando hipóteses de projeção do nível de renda domiciliar.
 - Sub-relatório 3.3.4. com base nos dados do déficit habitacional, calculado de acordo com a metodologia da FJP, e o estudo de demanda futura.
- 2ª Oficina para validação das etapas 3, 4, 5 e 6 do eixo 3 e dos respectivos relatórios (interna SNH/UFF/convidados).
- Eixo 3 - Relatório 4 (3.4), Composto pela projeção dos *fundings* da política de habitação até o ano de 2040 e simulação das metas para as Linhas Programáticas.
- 3ª Oficina para validação da etapa 7 e 8 do eixo 3 e do relatório 3.4 (interna SNH/UFF/convidados).
- Webinar de divulgação dos resultados preliminares.
- Texto base para o capítulo “Diagnóstico” do PlanHab 2040.
- Texto base para o caderno sobre o capítulo “Diagnóstico” do PlanHab 2040. Trata-se de versão simplificada do texto, com até 20 páginas, preferencialmente didaticamente ilustrado, para que possa ser usado como ferramenta de orientação aos governos locais na elaboração do PLHIS.
- Texto base para o capítulo “Cenários e Metas” do PlanHab 2040.
- Texto base para o caderno sobre o capítulo “Cenários e Metas” do PlanHab 2040. Trata-se de versão simplificada do texto, com até 20 páginas, preferencialmente didaticamente ilustrado, para que possa ser usado como ferramenta de orientação aos governos locais na elaboração do PLHIS.
- Relatório final de prestação de contas do TED.

4.1 Compromissos comuns aos partícipes

Além dos compromissos descritos no texto principal do Termo de Execução Descentralizada no qual este Plano de Trabalho se insere, os partícipes devem observar os seguintes compromissos em comum:

1. Compartilhamento de dados, informações e estudos existentes, bem como a troca de experiências e apoio técnico recíproco;
2. Quaisquer informações técnicas ou documentos que estejam contemplados no objeto do Termo de Execução Descentralizada podem ser solicitados reciprocamente pelos partícipes;
3. A realização de reuniões periódicas para alinhamento e acompanhamento deste TED;
4. A constituição/participação em grupo(s) de trabalho, conforme for o caso, mediante acordo prévio entre os partícipes;
5. Os direitos autorais resultantes de atividades realizadas em conjunto e em decorrência da parceria ora proposta serão objeto de proteção, pertencendo sua titularidade a ambos os partícipes em conformidade com a legislação da propriedade intelectual;
6. Os projetos, atividades e produtos previstos neste plano de trabalho podem ser revistos pelos partícipes conforme necessário.

[1] GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves & OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. Demanda Futura por Moradias: demografia, habitação e mercado. Niterói. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. 2018

[2] <https://demografiaufrn.net/projecao-populacional/>

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

O direito à moradia digna, em um contexto mundial, foi definitivamente reconhecido e implantado como pressuposto para a dignidade da pessoa humana, desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu artigo XXV afirma que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”.

Em âmbito nacional, a política habitacional ganha relevância na agenda de políticas públicas na década de 1960 com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), a partir da necessidade nacional de uma política de habitação, especialmente para a população de baixa renda. Em 2005, depois de 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi sancionada a Lei nº 11.124/2005, que institui e regulamenta o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

O SNHIS apresenta como principais objetivos: a) viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável; b) implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e c) articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

Nesse contexto, a União possui papel estratégico na implantação da mencionada política, sendo a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do Ministério do Desenvolvimento Regional a protagonista de cunho técnico-político no cumprimento e na viabilização dos preceitos da Política Nacional de Habitação e do SNHIS.

Assim, a SNH é responsável, desde 2003, por acompanhar e avaliar, além de formular e propor, os instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação, em articulação com as demais políticas públicas e instituições voltadas ao desenvolvimento urbano, com o objetivo de promover a universalização do acesso à moradia.

A retomada do planejamento no setor habitacional, expressa na elaboração do Plano Nacional da Habitação (PlanHab), é o ponto de partida para a formulação de uma estratégia de longo prazo para equacionar as necessidades habitacionais do país, direcionando os recursos existentes e a serem mobilizados, e apresentando estratégias para os eixos estruturadores da política habitacional.

A Lei nº 11.124/05 determina como uma competência do Ministério do Desenvolvimento Regional elaborar e definir o Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, em conformidade com as diretrizes de desenvolvimento urbano e em articulação com os planos estaduais, regionais e municipais de habitação.

Portanto, considerando os avanços conquistados e os desafios postos para o tratamento adequado das informações, para a qualificação do planejamento habitacional do país e para a contínua consolidação do tema habitacional e do desenvolvimento urbano, resta clara a necessidade da elaboração de um novo Plano Nacional de Habitação, tendo como base o período de 2023 a 2040.

Para o cumprimento de sua missão, nos termos do Decreto nº 10.290/2020, a SNH tem buscado parceiros estratégicos que possam dar subsídios técnicos para a elaboração do PlanHab. Nesse sentido, a SNH vislumbra a UFF como potencial parceira, em especial, na elaboração do Diagnóstico do PlanHab, dado histórico e parceria institucional entre a Universidade e a SNH/MDR para realização da estimativa de demanda futura por moradias, publicada no livro “Demanda futura por moradias: demografia, habitação e mercado”.

Parceira da SNH no âmbito do Termo de Execução Descentralizada que ampara o presente Plano de Trabalho, a Universidade Federal Fluminense tem dentre suas missões a produção de pesquisas aplicadas e conhecimento interdisciplinar relacionados à temática de população e às políticas públicas. A UFF tem reconhecimento nacional e internacional pela excelência dos seus cursos e de sua produção científica e pelo impacto social das suas atividades, por meio de conhecimentos e procedimentos técnicos e operacionais já previamente desenvolvidos ao longo de seus 60 anos de experiência. Dentre as suas várias missões a universidade procura promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, além da função primeira que é a formação de um cidadão com competência técnica e que contribua para o desenvolvimento autossustentado do Brasil, com responsabilidade social. As finalidades da instituição incluem, dentre outras, a promoção da pesquisa filosófica, científica e tecnológica, literária e artística; e, a cooperação com as entidades públicas e privadas na realização de trabalhos de pesquisa e serviços técnico-profissionais, visando ao desenvolvimento. Nesses termos a realização desta pesquisa é de todo conveniente para a UFF e a sua participação no presente estudo contribuirá para a ampliação de suas capacitações na área de planejamento habitacional e favorecerá a consolidação e a disseminação de conhecimentos e metodologias, seja na esfera acadêmica, seja na da sociedade brasileira como um todo.

A equipe da UFF, para cumprir com o compromisso de gestão descentralizada desse termo, trabalhará em parceria com pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para desenvolvimento da projeção demográfica. A participação de pesquisadores da UFMG se justifica pela vasta experiência deste centro em projeções populacionais para aplicação em políticas públicas, etapa indispensável e fundamental para elaboração da projeção da demanda por moradias. Adicionalmente, cumpre ressaltar que o Cedeplar foi responsável pelas projeções populacionais realizadas sob a demanda da SNH em duas ocasiões anteriores[1].

Assim, visando à promoção do desenvolvimento do país por meio da promoção de cidades mais humanas, compactas e sustentáveis, considerando as experiências e conhecimentos adquiridos e a qualificação dos quadros de profissionais da SNH/MDR e da UFF, entende-se justificável e oportuna a realização de Termo de Execução Descentralizada (TED), para execução deste Plano de Trabalho.

[1] OLIVEIRA, Elzira Lúcia De; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves. *Demanda futura por moradia no Brasil 2003-2023: uma abordagem demográfica*. Ministério ed. Brasília: [s.n.], 2009. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Demanda_Futura_por_Moradias_Uma_visao_Demografica_rev_26-03-2010.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2019.

GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; OLIVEIRA, Elzira Lúcia De (Org.). *Demanda futura por moradias: demografia, habitação e mercado*. 1. ed. Niteroi, RJ: UFF, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, 2018. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/21478>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

(X) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

(X) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Observação:

1) Podem ser marcadas uma, duas ou três possibilidades.

2) Não é possível selecionar forma de execução que não esteja prevista no Cadastro de Ações da ação orçamentária específica, disponível no SIOF.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X) Sim

() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. Despesas administrativas e Operacionais da Fundação de Apoio e Ressarcimento Institucional de despesas do tipo: custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED, tais como: aluguéis, manutenção e limpeza de imóveis; fornecimento de energia elétrica e água; serviços de comunicação de dados e de telefonia; taxa de administração; e, consultoria técnica

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Etapa 1	Etapas Administrativas	out/2021	dez/2021
1	Etapas preliminares	out/2021	dez/2021
1.1	Contratação fundação de apoio	out/2021	out/2021
1.2	Definição equipe	nov/2021	nov/2021
1.3	Demais contratações	dez/2021	dez/2021
2	Gestão Administrativa do Projeto	out/2021	dez/2022
3	Prestação de contas	out/2022	dez/2022
	Custos Diretos	R\$ -	

Eixo 2	Avaliação ex-post do PlanHab 2009-2023		out/2021	set/2022
	1 Levantamento bibliográfico política nacional de habitação e do PlanHab		out/2021	dez/2021
	1.1 Revisão estudos prévios	R\$ 98.965,57	out/2021	dez/2021
	1.2 Revisão atualizações		out/2021	dez/2021
	1.3 Versão completa PlanHab		out/2021	dez/2021
	2 Especificação teórica, metodológica e técnica		out/2021	dez/2021
	2.1 Definição do modelo teórico a ser adotado na avaliação	R\$ 98.965,57	out/2021	dez/2021
	2.2 Identificação de bases de dados		out/2021	dez/2021
	2.3 Acesso às bases de dados		out/2021	dez/2021
	2.4 Organização das bases de dados		out/2021	dez/2021
	2.5 Arrolamento de entrevistas		out/2021	dez/2021
	2.6 Definição das dimensões temáticas do plano		out/2021	dez/2021
	Relatório 2.1 Entrega relatório 2.1		dez/2021	dez/2021
	3 Contextualização e modelológico PlanHab 2009-2023		nov/2021	fev/2022
	3.1 Levantamento e sistematização da versão completa do PlanHab 2009-2023	R\$ 131.954,09	nov/2021	dez/2021
	3.2 Análise do modelo lógico do plano		dez/2021	jan/2022
	3.3 Análise modelo de governança		dez/2021	jan/2022
	3.4 Análise da política habitacional implementada		jan/2022	fev/2022
	Relatório 2.2 Entrega relatório 2.2		fev/2022	fev/2022
	Oficina 2.1 1ª Oficina para validação	R\$ 4.948,28	mar/2022	mar/2022
	4 Análise da implementação do PlanHab 2009-2023		dez/2021	abr/2022
	4.1 Diretrizes e princípios do PlanHab X Programas	R\$ 164.942,62	jan/2022	fev/2022
	4.2 Efetividade e impactos da Lei 11.124/2005		dez/2021	jan/2022
	4.3 Matrizes do PlanHab e dos programas		fev/2022	abr/2022
	4.4 Linhas programáticas PlanHab 2009-2023 e programas e ações realizadas no período		fev/2022	abr/2022
	5 Realização de entrevistas		dez/2021	abr/2022
	5.1 Contatos prévios	R\$ 164.942,62	dez/2021	dez/2021
	5.2 Gestores públicos		jan/2022	abr/2022
	5.3 Conselheiros das Cidades		jan/2022	abr/2022
	5.4 Sociedade Civil (representantes públicos e privados)		jan/2022	abr/2022
	5.5 Agentes do mercado		jan/2022	abr/2022
	6 Análise das ações e estratégias propostas		dez/2021	abr/2022
	6.1 Classificação de municípios nos programas X Proposta PlanHab	R\$ 164.942,62	dez/2021	abr/2022
	6.2 Ações e estratégias executadas X Proposta PlanHab		dez/2021	abr/2022
	Relatório 2.3 Entrega relatório 2.3		abr/2022	abr/2022
	Oficina 2.2 2ª Oficina para validação	R\$ 4.948,28	maio/2022	maio/2022
	7 Ambiente macroeconômico e Cenários previstos		fev/2022	ago/2022
	7.1 Oferta e demanda projetada e observada	R\$ 230.919,66	fev/2022	mar/2022
	7.2 Subsídios e aluguel projetados e observados		mar/2022	abr/2022
	7.3 Crescimento do PIB projetado e observado		abr/2022	maio/2022
	7.4 HIS projetada e observada		maio/2022	jun/2022
	7.5 Taxa de juros projetada e observada		jun/2022	jul/2022
	7.6 Empregos gerados e observados		jul/2022	ago/2022
	8 Implantação do PlanHab 2009-2023		fev/2022	ago/2022
	8.1 Implantação do atendimento dos grupos de atendimento	R\$ 230.919,66	fev/2022	jun/2022
	8.2 Programas habitacionais internamente aos PPAs		mar/2022	jul/2022
	8.3 Classificação dos contratos MCMV		abr/2022	ago/2022
	8.4 Classificação dos contratos PAC/Urbanização de Favelas		abr/2022	ago/2022
	Relatório 2.4 Entrega relatório 2.4		ago/2022	ago/2022
	Oficina 2.3 3ª Oficina para validação	R\$ 4.948,28	set/2022	set/2022
	9 Análise conclusiva		set/2022	set/2022
	9.1 Redação relatório final	R\$ 32.988,52	set/2022	set/2022
	9.2 Redação sumário e executivo final		set/2022	set/2022
	Webinar Webinar	R\$ 32.988,52	set/2022	set/2022
	Relatório Final Entrega Relatório Final e sumário executivo		set/2022	set/2022
	Custos Diretos do Eixo 2	R\$ 1.367.374,30		
Eixo 3	Cenários Demográficos e Econômicos para o PlanHab 2040		out/2021	set/2022
	1 Estudos de paridade de poder de compra no setor habitacional		out/2021	dez/2021
	1.1 Processamento e análise de dados	R\$ 76.258,21	out/2021	dez/2021
	1.2 Redação artigo		nov/2021	dez/2021
	Relatório 3.1 Entrega relatório 3.1		dez/2021	dez/2021
	2 Análise dos impactos da pandemia de COVID-19 nos cenários projetados		out/2021	jan/2022
	2.1 Análise cenários demográficos	R\$ 101.677,61	out/2021	out/2021
	2.2 Análise cenários demanda habitacional		nov/2021	nov/2021
	2.3 Análise cenários Econômicos		dez/2021	dez/2021
	2.4 Redação Relatório Intermediário 1		nov/2021	jan/2022
	Relatório 3.2 Entrega relatório 3.2		jan/2022	jan/2022
	Oficina 3.1 1ª Oficina para validação	R\$ 3.812,91	fev/2022	fev/2022
	3 Projeção de novo cenário demográfico (pós-COVID):		out/2021	fev/2022
	3.1 Levantamento de Dados	R\$ 127.097,01	out/2021	nov/2021
	3.2 Análises elaboração de hipóteses demográficas		nov/2021	dez/2021
	3.3 Reunião de Trabalho Belo Horizonte		dez/2021	dez/2021
	3.4 Projeção Demográfica		dez/2021	jan/2022
	3.5 Redação sub-relatório 3.3.1		dez/2021	fev/2022
	Relatório 3.3.1 Entrega relatório 3.3.1		fev/2022	fev/2022
	4 Projeção de novo cenário de demanda futura (pós-COVID):		nov/2021	mar/2022
	4.1 Levantamento de Dados	R\$ 127.097,01	nov/2021	dez/2021
	4.2 Análises elaboração de hipóteses para as taxas de chefia		dez/2021	jan/2022
	4.3 Projeção Demanda		jan/2022	fev/2022
	4.4 Redação sub-relatório 3.3.2		fev/2022	mar/2022
	Relatório 3.3.2 Entrega relatório 3.3.2		mar/2022	mar/2022
	5 Compatibilização dos cenários do PILP com os cenários do estudo de demanda futura		jan/2022	maio/2022
	5.1 Levantamento de Dados	R\$ 127.097,01	jan/2022	jan/2022
	5.2 Análises elaboração de hipóteses para a renda do micilar		fev/2022	mar/2022
	5.3 Projeção Demanda por categorias de renda		maio/2022	abr/2022
	5.4 Redação sub-relatório 3.3.3		abr/2022	maio/2022
	Relatório 3.3.3 Entrega relatório 3.3.3		maio/2022	maio/2022
	6 Estimativa das necessidades habitacionais		dez/2021	abr/2022
	6.1 Levantamento de Dados	R\$ 127.097,01	dez/2021	dez/2021
	6.2 Análises e elaboração de déficit habitacional		jan/2022	fev/2022
	6.3 Reunião de Trabalho São Paulo		fev/2022	fev/2022
	6.4 Processamento e análise de dados		fev/2022	mar/2022
	6.5 Redação sub-relatório 3.3.4		maio/2022	abr/2022
	Relatório 3.3.4 Entrega relatório 3.3.4		abr/2022	abr/2022
	Oficina 3.2 2ª Oficina para validação	R\$ 3.812,91	jun/2022	jun/2022
	7 Projeção dos princípios fontes de recursos financeiros (fundings)		fev/2022	jun/2022
	7.1 Levantamento de Dados	R\$ 127.097,01	fev/2022	fev/2022
	7.2 Análises e elaboração de déficit habitacional		maio/2022	abr/2022
	7.3 Reunião de Trabalho Brasília		abr/2022	abr/2022
	7.4 Processamento e análise de dados		abr/2022	maio/2022
	7.5 Redação relatório 3.4		maio/2022	jun/2022
	Relatório 3.4 Entrega relatório 3.4		jun/2022	jun/2022
	Oficina 3.3 3ª Oficina para validação	R\$ 3.812,91	jul/2022	jul/2022
	Webinar Webinar	R\$ 2.5419,40	ago/2022	ago/2022
	8 Redação minuta do capítulo "Diagnóstico" do plano	R\$ 10.167,76	maio/2022	set/2022
	8.1 Redação artigo		maio/2022	set/2022
	Capítulo 1 Entrega capítulo 1 PlanHab		set/2022	set/2022
	9 Redação minuta do capítulo "Cenários" do plano	R\$ 10.167,76	maio/2022	set/2022
	9.1 Redação artigo		maio/2022	set/2022
	Custos Diretos do Eixo 3	R\$ 870.614,53		

Custos Diretos Totais (Eixo 2+Eixo 3)	R\$ 2.237.988,83
Custos Indiretos	R\$ 305.180,29
Total	R\$ 2.543.169,12

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Outubro/2021	R\$ 1.606.178,00
Fevereiro/2022	R\$ 936.991,12

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039 - Ressarcimento institucional de despesas operacionais, tais como aluguéis, manutenção e limpeza de imóveis; fornecimento de energia elétrica e de água; serviços de comunicação de dados e de telefonia; taxa de administração; consultoria técnica, contábil e jurídica	Sim	R\$ 305.180,29
339039 – Serviço de terceiros – PJ: Contratação da Fundação de apoio para Desenvolvimento em conjunto com a Universidade Federal Fluminense	Não	R\$ 2.237.988,83

Observação: O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.

12. VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste plano de trabalho será de **15 (quinze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

13. PROPOSIÇÃO

Brasília, 18 de outubro de 2021.

(assinado eletronicamente)

ANTÔNIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA

Reitor da Universidade Federal Fluminense

14. APROVAÇÃO

Brasília, 18 de outubro de 2021.

(assinado eletronicamente)

ALFREDO EDUARDO DOS SANTOS

Secretário Nacional de Habitação



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NOBREGA, Usuário Externo**, em 18/10/2021, às 12:30, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Eduardo dos Santos, Secretário Nacional de Habitação**, em 18/10/2021, às 16:04, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3399873** e o código CRC **223AD65F**.